

Câmara Municipal



MARCELO RABELLO NEVES

Presidente da Mesa Diretora

RAPHAEL BRANCO DOS SANTOS

Vice-Presidente da Mesa Diretora

MARCOS ANTÔNIO MACHADO

1º Secretário da Mesa Diretora

JAQUELINE HIAT DIAS

2ª Secretária da Mesa Diretora

ADRIANO MARTINS DE OLIVEIRA

Vereador

**FABRÍCIO PORTO
ANDRILO MACHADO**

Vereador

**JORGE ANTÔNIO
MOURA DE REZENDE**

Vereador

JOSÉ ROBERTO FONSECA

Vereador

LUIS DE SOUZA TEIXEIRA

Vereador

Marlene Fernandes Pires

Chefe de Gabinete da Presidência

Marcelo Fernando Ramos

Assessor Especial da Presidência

Emanuel Rampini Figueiredo

Diretor Geral

Michele Cabral Tavares

Gerente Financeira

Bruna Esteves Damasceno

Secretária Executiva da Presidência

Daniel de Oliveira Souza

Maiara Araújo Santos

Raquel Silveira Valença

Vanderson da Silva Ramos

Assessores Parlamentares das Comissões

SUMÁRIO

Resoluções - Páginas 1 a 3

Portaria - Página 4

Ata de Sessão Legislativa

Página 4

DIÁRIO OFICIAL

Atos do Poder Legislativo

Município de São José do Vale do Rio Preto

ANO XVII nº 3.697 - 4ª-feira, 04 de fevereiro de 2026

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 1.751, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026.

Promove alterações no Anexo V da Resolução nº 821, de 03 de outubro de 2006, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE

Faço saber que a Câmara Municipal resolveu e eu promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º – Fica alterado o vencimento base dos cargos estabelecidos nas referências VII e VIII contidas no Anexo V da Resolução nº 821, de 03 de outubro de 2006, que passa a vigor com a redação constante no anexo único desta Resolução.

Parágrafo Único – Permanecem inalterados os vencimentos dos demais cargos constantes da referida tabela de referências remuneratórias.

Art. 2º – Fica autorizado o pagamento retroativo do valor decorrente da equiparação remuneratória, referente à competência financeira do mês de janeiro, a ser efetuado em parcela única, em folha de pagamento própria ou subsequente, desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira, observadas as normas legais aplicáveis.

Art. 3º – Ficam asseguradas aos servidores alcançados por esta Resolução todas as consequências funcionais e pecuniárias decorrentes da nova base remuneratória, inclusive para fins de cálculo de vantagens legais, respeitada a legislação vigente.

Art. 4º – As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, em 04 de fevereiro de 2026.

MARCELO RABELLO NEVES
Presidente

ANEXO ÚNICO
Tabela de Referências e Vencimentos

Referência	Vencimento (em R\$)
I – A	9.220,53
I	7.934,48
II	6.480,05
II – A	4.493,26
III	3.255,01
IV	3.073,55
V	2.080,94
VI	1.798,95
VII	1.660,40
VIII	1.648,02

RESOLUÇÃO Nº 1.752, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de assistência à saúde, nas modalidades de auxílio-ressarcimento e de contratação direta, aos servidores do Poder Legislativo do Município de São José do Vale do Rio Preto, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º – Fica instituída a assistência à saúde para os servidores públicos do Poder Legislativo, que será prestada, a critério da Mesa Diretora, em uma das seguintes modalidades:

I – Indireta, por meio da concessão de auxílio-saúde de natureza indenizatória, na forma de ressarcimento; ou

II – Direta, por meio da contratação de operadora de plano de assistência à saúde, mediante processo licitatório.

§1º – O auxílio-saúde concedido na forma do inciso I do caput deste artigo, de natureza indenizatória, não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos, não constitui base de cálculo para contribuição previdenciária e não será considerado para fins de cálculo do 13º salário e do terço constitucional de férias.

§2º – A concessão do benefício está condicionada à existência de dotação orçamentária própria e suficiente no orçamento anual da Câmara Municipal.

Art. 2º – São beneficiários titulares da assistência à saúde os servidores públicos da Câmara Municipal, ocupantes de:

I – cargo de provimento efetivo, ativos;

II – cargo de provimento em comissão.

Art. 3º – Podem ser beneficiários dependentes, desde que declarados pelo servidor titular e incluídos no plano de saúde:

I – o cônjuge ou companheiro(a) com quem mantenha união estável;

II – os filhos e enteados, solteiros, com até 24 (vinte e quatro) anos de idade, desde que, se maiores de 21 anos, estejam cursando nível superior ou pós-graduação;

III – os filhos e enteados, de qualquer idade, quando incapacitados para o trabalho, de forma permanente e comprovada por laudo médico;

IV – o menor sob guarda ou tutela judicial do servidor titular.

Art. 4º – O custeio da assistência à saúde será compartilhado entre a Câmara Municipal e o servidor, nos seguintes percentuais:

I – Para servidores de provimento efetivo: 70% (setenta por cento) a cargo da Câmara Municipal e 30% (trinta por cento) a cargo do servidor;

II – Para servidores de provimento em comissão: 50% (cinquenta por cento) a cargo da Câmara Municipal e 50% (cinquenta por cento) a cargo do servidor.

CAPÍTULO II – DA MODALIDADE DE AUXÍLIO-SAÚDE (RESSARCIMENTO)

Art. 5º – Na modalidade de auxílio-saúde, o valor a ser ressarcido ao servidor observará os percentuais definidos no Art. 4º, aplicados sobre o valor da mensalidade do plano de saúde no qual o servidor figure como beneficiário, seja como titular ou dependente, limitado ao teto que vier a ser fixado anualmente por Ato da Mesa Diretora.

Art. 6º – A adesão ao auxílio-saúde dependerá de requerimento do servidor, instruído com documento que comprove sua inclusão como beneficiário e a vigência do plano de saúde, podendo ser, alternativamente:

- I – Cópia do contrato ou da proposta de adesão onde conste o servidor como titular ou dependente;
- II – Declaração da operadora do plano de saúde, atestando a condição do servidor como titular ou dependente; ou
- III – Outro documento idôneo que ateste a inclusão do servidor no plano de saúde.

Parágrafo Único – Para os fins desta Resolução, a comprovação de que o servidor é beneficiário de um plano de saúde, seja na condição de titular ou de dependente, é suficiente para habilitá-lo ao recebimento do auxílio de que trata este Capítulo.

Art. 7º – O pagamento do auxílio-saúde, na modalidade de ressarcimento, terá início no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do protocolo do requerimento devidamente instruído, com efeitos financeiros a partir do mês subsequente ao protocolo.

Parágrafo Único – O não atendimento de exigências formais ou a apresentação de documentação incompleta suspenderá a contagem do prazo até a regularização pelo servidor.

Art. 8º – Para a manutenção do benefício, o servidor deverá comprovar trimestralmente a quitação das mensalidades, sob pena de suspensão do ressarcimento no mês subsequente, até a regularização.

CAPÍTULO III – DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Art. 9º – A Mesa Diretora fica autorizada a realizar processo licitatório para a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de assistência à saúde para os servidores e seus dependentes.

§1º – O plano de saúde a ser contratado deverá observar as exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e da Lei Federal nº 9.656/1998.

§2º – A adesão ao plano contratado pela Câmara é facultativa para o servidor e seus dependentes.

§3º – Ao aderir, o servidor autoriza o desconto em folha de pagamento da sua cota-parte, conforme os percentuais definidos no Art. 4º.

CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 – É vedada a acumulação de benefícios. O servidor que optar pela assistência à saúde de que trata esta Resolução deverá declarar que não recebe benefício de mesma natureza de qualquer outro órgão público.

Parágrafo Único – A constatação de declaração falsa implicará na devolução dos valores recebidos indevidamente, sem prejuízo de responsabilização administrativa, civil e penal.

Art. 11 – O pagamento do benefício, seja por ressarcimento ou como cota-parte da Câmara no plano contratado, será cessado em caso de exoneração ou vacância do cargo.

Art. 12 – As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 13 – Os casos omissos serão deliberados pela Mesa Diretora, observada a legislação federal aplicável e os princípios da Administração Pública.

Art. 14 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 – Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 1710/2025.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO,
em 04 de fevereiro de 2026.

MARCELO RABELLO NEVES
Presidente

PORTARIA**PORTARIA Nº 15, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Tornar sem efeito a Portaria nº 14, de três de fevereiro de 2026, publicada no Diário Oficial nº 3.696, que nomeou servidor para cargo de provimento em comissão.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO RABELLO NEVES
Presidente da Câmara Municipal

ATA DE SESSÃO LEGISLATIVA**Ata nº 05/26**

Ata da Quinta Reunião Ordinária do Segundo Ano da Décima Legislatura da Câmara Municipal de São José do Vale do Rio Preto, realizada aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis sob a presidência do Vereador Raphael Branco dos Santos, com a presença dos Vereadores Adriano Martins de Oliveira, Jorge Antônio Moura de Rezende, José Roberto Fonseca, Luis de Souza Teixeira e Marcos Antônio Machado, que assinaram o livro de presença e, havendo número legal, às dezesseis horas e dez minutos, fazendo a invocação regimental, deu início aos trabalhos. Ato inicial, o Presidente convidou o Vereador Marcos Machado para fazer a leitura do texto da Bíblia Sagrada. A seguir, o Sr. Presidente solicitou que o Vereador José Roberto Fonseca, Segundo Secretário *ad-hoc*, fizesse a leitura da Ata da sessão realizada no dia vinte e sete de janeiro. Em seguida solicitou ao Vereador Marcos Machado, Primeiro Secretário, que fizesse a leitura das matérias no Expediente, do qual constavam: Ofício GP nº 41/26, que encaminha o Projeto de Lei nº 163/26, que requer a abertura de Crédito Especial de R\$ 538.840,50 para a Secretaria de Educação; Ofício GP nº 42/26, que encaminha o Projeto de Lei nº 164/26, que requer a abertura de Crédito Especial de R\$ 442.760,02 para a Secretaria de Educação; Ofício GP nº 43/26, que encaminha o Projeto de Lei nº 165/26, que requer a abertura de Crédito Especial de R\$ 175.791,54 para a Secretaria de Educação; Ofício GP nº 44/26, que encaminha o Projeto de Lei nº 166/26, que requer a abertura de Crédito Especial de R\$ 177.957,58 para a Secretaria de Educação; Projeto de Lei nº 173/26, da Mesa Diretora que altera o Artigo 1º da Lei nº 2.461, que dispõe sobre a concessão de diárias; Projeto de Lei nº 174/26, da Mesa Diretora que concede a recomposição das perdas inflacionárias dos subsídios dos Vereadores; Projeto de Lei nº 175/25, de autoria do Vereador Jorge Moura de Rezende, que altera o Art. 1º da Lei nº 479, de 1996, retificando a extensão da Servidão Paulo Machado Teixeira, no bairro Palmital; Projeto de Resolução nº 188/26, de autoria da Mesa Diretora que altera o vencimento base dos cargos estabelecidos nas referências VII e VIII contidas no Anexo V da Resolução nº 821, de 2006; e as Indicações Legislativas: nº 160 a 162, 186 e 187/26, do Vereador Marcelo Neves; nº 167/26, do Vereador Adriano Martins; nº 168 a 172, 176 e 181/26, do Vereador Jorge Moura de Rezende; e nº 177 a 180, e 182 a 185/26, do Vereador Marcos Machado. A seguir, não havendo oradores inscritos para a Fala do Expediente, passou-se à Ordem do Dia com a votação e aprovação do parecer da Comissão de Justiça e Redação pelo acolhimento ao vetor total do Executivo ao Projeto de Lei nº 2.005/25, e as Indicações Legislativas que foram lidas na sessão. Encerrada a Ordem do Dia e não havendo oradores inscritos para as Explicações Pessoais, às dezesseis horas e trinta minutos o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão, agradecendo a presença de todos e registrando a presença de visitantes no plenário, marcando a próxima reunião ordinária para o próximo dia três de fevereiro, às 16h quando estarão sendo analisados na Ordem do Dia os projetos que forem deliberados pelas comissões permanentes. E eu, Marcos Machado, Primeiro Secretário, para que tais relatos integrem os anais desta Casa, mandei lavrar a presente Ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada por quem de direito. São José do Vale do Rio Preto, em vinte e nove de janeiro de dois mil e vinte e seis. HAB.